



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150549 - SP (2021/0224264-3)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : E A DE M  
**ADVOGADO** : MARCELO ADRIANO DE OLIVEIRA LOPES - SP224976  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por E A DE M contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC 2083484-44.2021.8.26.0000).

O recorrente foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 217-A do Código Penal.

Sustenta a ocorrência de cerceamento de defesa advindo das falhas técnicas constatadas no sistema de áudio da audiência de oitiva da criança vítima, o que teria prejudicado a busca pela verdade real.

Pugna, também, pela realização de perícia psiquiátrica específica para a constatação do fenômeno das falsas memórias na vítima.

Requer, liminarmente, a suspensão da ação penal até o julgamento do presente recurso. No mérito, busca o provimento do recurso para que seja reformado o acórdão recorrido, determinando-se a a) realização da perícia judicial nos áudios da audiência do Processo Cautelar n. 0001221- 95.2020.8.26.0655, b) a realização de perícia psiquiátrica por profissional designado pelo digno Juízo de primeiro grau na criança ora vítima, com o escopo específico de verificação da existência do fenômeno das falsas memórias adquiridas ou sugeridas e, por fim, da imprestabilidade da prova produzida, com o trancamento a presente ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente